

**ARTIGO**

Recebido em 30 de março de 2022  
Aprovado em 02 de novembro de 2022

## O papel da produtividade nas operações agrícolas da *uilla*: um estudo do aspecto econômico dos tratados de Catão, Varrão e Columella

The role of productivity on the *uilla*'s agricultural operations: a study on the economic aspect of the treaties of Cato, Varro and Columella

DOI: <https://doi.org/10.24206/lh.v8i2.55353>

*Fabiana Martins Nascimento*

Doutoranda e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada (PPGHC/UFRJ). Graduada e Licenciada em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. É membro do Laboratório de História Antiga (LHIA/UFRJ). Bolsista CAPES.

E-mail: [fabianamm@gmail.com](mailto:fabianamm@gmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9253-9799>

*Deivid Valério Gaia*

Professor Adjunto de História Antiga da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e do Programa de Pós-Graduação em História Antiga (PPGHC/UFRJ) e do Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHIS/UFRJ). É membro do Laboratório de História Antiga (LHIA/UFRJ).

E-mail: [dvgaia@hotmail.com](mailto:dvgaia@hotmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7818-3503>

## RESUMO

O elogio à agricultura é uma constante na literatura latina. Considerada por Cícero como a atividade própria aos homens nascidos livres no seu *De Officiis*, a prática agrícola tem lugar central no discurso das classes dirigentes. Deveriam dedicar-se a ela todos aqueles que gostariam de ser considerados homens bons. Compreendida, desse modo, como parte do estilo de vida desses grupos, a agricultura foi caracterizada por parte da historiografia como autossuficiente e subsistente, não direcionada a qualquer tipo de fim econômico. O presente artigo tem por objetivo argumentar que, sem negar o seu papel sociopolítico, inscrito na lógica da cultura política da sociedade romana, a agricultura também tinha objetivos econômicos bem definidos, que podem ser observados nos tratados de Catão, Varrão e Columella. Nossa argumentação se centra na ideia de que um importante ponto que atesta os objetivos econômicos da prática agrícola é a preocupação com a produtividade da propriedade. Consideramos que, de modo geral, a agricultura aglutinava funções de diferentes naturezas.

**Palavras-chave:** Villa. Catão. Varrão. Columella. Produtividade.

## ABSTRACT

The praise of agriculture is a Latin literature constant. Considered by Cicero as an activity proper to free-born persons in his treaty *De Officiis*, the agricultural practice has a central place in the ruling class discourse. Those who wish to be good men should dedicate themselves to it. Understood in this way - as a constituent of the lifestyle of such groups - agriculture was framed by part of the histography as being self-sufficient and subsistent, with no economic end. This paper argues that, without denying its sociopolitical role inscribed in the logic of the political culture of Roman society, agriculture also had well-defined economic objectives that can be observed in the treaties of Cato, Varro, and Columella. Our argument focuses on the idea that an important point attesting to these objectives in agricultural practice is the concern with property productivity. We consider that, in general, agriculture brings together functions of different natures.

**Keywords:** Villa. Catão. Varrão. Columella. Productivity.

## Introdução

O moralizante proêmio do *De Agri Cultura* de Catão costuma ser mobilizado por parte da historiografia para explicar a função da agricultura na sociedade romana. Nele o autor afirma que

É mais proveitoso por vezes buscar a riqueza pelo comércio (se não fosse tão arriscado) e mesmo ser usurário (se fosse tão honesto). Nossos ancestrais pensaram assim e assim estabeleceram legalmente: que se punisse um ladrão obrigando-o a pagar o dobro e um usurário o quádruplo. Por isso se pode ver o quanto julgavam pior cidadão um usurário do que um ladrão. Mas, um homem bom a quem elogiavam, elogiavam assim: "um bom agricultor e um bom fazendeiro". Julgava-se que quem era elogiado assim era enormemente elogiado. Considero o comerciante diligente e empenhado na busca da riqueza. Em verdade, porém, como eu disse acima, há risco e perigo nos negócios. Mas, dentre os que se dedicam à agricultura, saem homens do maior vigor e soldados da maior coragem; daí se obtém o ganho mais justo, seguro e o menos invejado, e minimamente insidiosos são os que se ocupam deste labor. Tornando agora ao assunto, o que eu disse acima servirá de introdução. (Cat. Agr. Proêmio)

A valorização moral da prática agrícola é construída a partir da comparação com outros tipos de atividades econômicas, o comércio e a usura. Enquanto a primeira é considerada arriscada, a segunda é considerada imoral. A imoralidade da usura é legitimada pelo julgamento dos ancestrais que, de acordo com a punição por eles designada, consideravam-na pior do que o roubo. Enquanto a usura era condenada, e o comércio também em decorrência de sua instabilidade, ainda que em menor escala, Catão aponta que para os ancestrais um *uir bonus* era aquele que se dedicava à agricultura. Fazia parte da lógica da cultura política das classes dirigentes romanas que se pautasse e legitimasse o comportamento e o estilo de vida de acordo com os preceitos do *mos maiorum*, materializado nos *exempla* dos ancestrais – aqueles que viveram em um período de maior conexão com os deuses e conformidade com as virtudes (BLOM, 2010, p. 12). Por essa razão, a relação com o campo pode ser encontrada por toda literatura latina, não apenas nos tratados estudados no presente artigo. Jerzy Kolento aponta que essa exaltação do passado camponês dos ancestrais servia para reforçar o envolvimento da elite senatorial na prática agrícola (KOLENTO, 1991, p. 171). O campo, a agricultura e a imagem do camponês compõem parte da identidade romana, sobretudo daqueles indivíduos que pertenciam às classes dirigentes. Além do envolvimento na agricultura ser, por si só, fundamental na mentalidade romana, essa atividade servia ainda para reforçar as habilidades dos homens em outra atividade também vital, a militar. Conforme lemos, Catão afirma que da agricultura saíam soldados mais vigorosos e corajosos. A conclusão do proêmio é de que a prática agrícola fornece ganhos mais justos, seguros, menos invejosos e não obtidos a partir de qualquer tipo de trapaça.

Essa forte relação entre agricultura e identidade social no discurso moralizante das classes dirigentes minimizou o caráter econômico da atividade na leitura de alguns pesquisadores. Moses Finley, por exemplo, afirma que “ideologicamente ele [o camponês] exprime-se através da celebração da agricultura, da qual a expressão mais artística e conhecida é sem dúvidas a Geórgica de Virgílio. Todas as camadas do corpo de cidadãos partilhavam esta ideologia, na generalidade” (FINLEY, 1981, p. 130). Isto é, a prática agrícola figurava apenas como característica identitária dos indivíduos no entendimento individual e coletivo do que significava ser romano. Cabe salientar que Andreau aponta que, nos séculos finais da República, a tradição das funções de cidadão, soldado e camponês se enfraqueceu, mas o valor simbólico da agricultura e da pecuária se manteve importante (ANDREAU, 2010, p. 215). Já Kolento aponta que

“(...) os camponeses viviam em um mundo fechado da autossuficiência. Colocavam-se à margem da economia mercantil, limitando-se a vender os produtos das suas terras nos mercados locais e nas pequenas cidades – muito numerosas da Itália central” (KOLENTO, 1991, p. 170). A partir dessa perspectiva, a autossuficiência e a subsistência figuram como características fundamentais da agricultura na sociedade romana.

No entanto, o que pesquisas recentes têm demonstrado é que a agricultura tinha um papel econômico importante na sociedade romana, muito afastado da ideia de autossuficiência e subsistência. Pequenos, médios e grandes proprietários de terras estabeleceram dinâmicas específicas que tornaram essa atividade lucrativa (HOLLANDER, 2018, p. 16). O caráter econômico da agricultura, no entanto, não minimizava o seu valor sociopolítico, pelo contrário, todos esses estavam interligados. Isso porque a proeminência econômica se convertia em relevância social e política. A agricultura era, portanto, uma atividade central para os membros das classes dirigentes que permitia o enriquecimento material necessário à relevância social que, direta e indiretamente, tinha consequência no sucesso político. Tal sucesso, por fim, legaria aos indivíduos a possibilidade de serem lembrados como peças importantes na constituição da República. O objetivo do presente artigo é demonstrar que a agricultura constituía uma atividade econômica importante entre os séculos II a.C. e I d.C. e tal importância pode ser observada a partir da preocupação dos agrônomos latinos com a produtividade das propriedades.

A análise que propomos se baseia, portanto, inteiramente na mobilização da documentação literária. Esse tipo de documentação pode, a princípio, parecer oferece informações escassas a respeito das questões econômicas na sociedade romana. No entanto, quando nos propomos a estudar esse tipo de documentação a partir de perspectivas diferentes, ela se mostra bastante frutífera para analisar as considerações de caráter econômico dos autores. É preciso se atentar, como adverte Andrea Giardina, que as percepções romanas do que compreendemos como econômicas estão presentes, não apenas na documentação literária, mas principalmente nesta, a partir de uma “pluralidade não recomposta de fatos, situações, comportamentos e valores” (GIARDINA, 2014, p. 419). Sendo assim, estão nas entrelinhas desses fatos, situações, comportamentos e valores, aquelas que seriam as considerações econômicas formuladas pelos romanos. A economia romana se encontra, portanto, no texto literário envolta em diversos tipos de véus: contextual, relativo à mentalidade do grupo social que legou esse texto, dos julgamentos e interesses pessoais dos autores, referências políticas, etc. É trabalho do historiador interessado na economia a difícil tarefa de desvelar tais véus. Esperamos que o presente artigo seja capaz de realizar tal tarefa de modo a propor reflexões a respeito do papel da agricultura e da produtividade na economia romana.

## **A agricultura enquanto atividade econômica**

A caracterização da agricultura como autossuficiente e de subsistência é questionada por Paul Veyne a partir do que o autor chama de mito da autarquia romana no clássico artigo intitulado *Mythe et réalité de l'autarcie à Rome*, publicado em 1979. A argumentação do historiador francês no artigo em questão é extremamente interessante para pensarmos o papel econômico da agricultura, bem como os aspectos da economia romana, de modo geral. A autarquia, a autossuficiência e a subsistência na concepção de Veyne constituíam formas de garantir a segurança econômica dos indivíduos, o fim último do mito da autarquia

seria a estabilidade econômica (VEYNE, 1990, p. 135-136). Conforme lemos no próêmio do *De Agri Cultura*, a estabilidade era uma característica importante para os romanos das classes dirigentes e por essa razão o comércio não era uma atividade econômica recomendada, em virtude justamente de sua instabilidade. No entanto, ainda que presente no discurso romano, como, por exemplo, no já citado próêmio do tratado de Catão, que orienta que o proprietário deveria ser um vendedor e não um comprador (Cat. Agr., 2.7) na prática, argumenta Veyne, a autarquia era pouco praticada. (VEYNE, 1990, p. 136) Se não fosse assim, continua o autor, o nível de vida de Roma seria muito mais restrito, o que resultaria numa estrutura muito menos complexa no que concerne diversos aspectos, isto é, “os arqueólogos não precisariam efetuar tantas escavações e muito menos os turistas teriam tantos locais para visitar” (VEYNE, 1990, p. 136-137).

Sendo assim, é pouco provável que a economia romana possa ser compreendida como baseada em uma prática agrícola autossuficiente e subsistente sem objetivos comerciais, na qual outros tipos de atividades econômicas também possuíam pouca expressividade, como o comércio e as práticas financeiras. O quadro que se desenha nos apresenta uma dinâmica econômica complexa, pouco documentada e que precisa ser analisada em meio a um forte discurso autárquico inscrito na lógica da cultura política dos membros das classes dirigentes, sobretudo quando nos debruçamos a respeito do papel econômico das atividades agrícolas. Como bem apontou Giardina, a economia aparece na documentação literária sob um véu, consideravelmente espesso, nas palavras do autor, “a reflexão sobre os fatos, os mecanismos, os comportamentos econômicos quase nunca se apresentam, nos textos antigos, de modo asséptico. Ela aparece permeada de considerações éticas, representada por metáforas, evocada com rápidas analogias” (GIARDINA, 2010, p. 424).

Os tratados agrícolas de Catão, Varrão e Columella, escolhidos para analisar a proposta do presente artigo, em virtude da natureza de suas informações, estão imbuídos nesse discurso das classes dirigentes. Veyne aponta que a sociedade romana produzia com o objetivo de vender e gerar lucro, de modo que o “econômico-político [contido no discurso] desmente a prática” (VEYNE, 1990, p. 138). É preciso salientar que, ainda que imbuídos em tais discursos, o pensamento econômico dos agrônomos latinos, disponível em suas orientações a respeito da administração da *uilla*, nos informa exatamente a respeito da dinâmica de produção orientada para o mercado e com o objetivo de extração do lucro de que trata Veyne. Isto é, o pensamento econômico no caso dos agrônomos latinos não desmente a prática. É preciso considerar que o comportamento econômico proposto por esses autores poderia conciliar suas ambições econômicas e seu discurso sociopolítico ao mesmo tempo. Como propõe Andreau, os agrônomos latinos orientavam para ações rentáveis e racionais baseadas nas possibilidades econômicas e tecnológicas de seus tempos e na posição social que ocupavam (ANDREAU, 2004, p. 79). Dessa forma, o pensamento econômico de Catão, Varrão e Columella, pode ser compreendido como formulado a partir das características da cultura política das classes dirigentes e dos objetivos econômicos que esse grupo possuía em relação à atividade agrícola sem que, necessariamente, um aspecto anulasse o outro. Os fenômenos econômicos na Antiguidade, alerta Andreau, eram compreendidos a partir da lógica social e política, lógica essa composta por categorias estatutárias e sociais (ANDREAU, 2010, p. 216). Conforme apontado anteriormente, existia uma relação intrínseca entre as esferas social, econômica e política na sociedade romana, sobretudo para os membros das classes dirigentes. A dinâmica que se formava apagava qualquer possível divisão entre elas.

As leituras a respeito dos objetivos econômicos dos membros das classes dirigentes no que concerne à prática agrícola variam. Alguns autores apontam que essa atividade servia como forma de estabelecer uma renda a partir do aluguel das propriedades, o chamado arrendamento de terras. Enquanto outros consideram que os proprietários fundiários estariam interessados na obtenção de lucro a partir da exploração direta de suas terras. Um exemplo de estudo que considera que a renda obtida do arrendamento de terras era o principal objetivo econômico das classes dirigentes em relação à agricultura é o estudo realizado por Dennis Kehoe.

A partir de documentação jurídica, o historiador norte americano argumenta que os proprietários fundiários se preocupavam, prioritariamente, com dois aspectos: o lucro e liquidez da terra. Por lucro o autor entende a renda que o proprietário poderia tirar da terra. Isto é, não significava exatamente um retorno daquilo que havia sido investido com a compra da terra, mas sim uma renda que dependia da implementação de técnicas de gerenciamento por parte do proprietário. Tais técnicas seriam responsáveis por manter os custos da produção sob controle (KEHOE, 2000, p. 78). A agricultura seria, portanto, a única forma de investimento confiável da qual os membros da elite romana poderiam depender, visto que seus lucros eram estáveis em longo prazo. A estabilidade da agricultura era mais importante do que a maximização imediata do lucro (KEHOE, 2000, p. 89).

Destarte, a agricultura serviria para a manutenção e o acúmulo de riquezas que seriam investidas em outras atividades em que esses grupos superiores estavam envolvidos – como a caridade e as fundações civis. Prover uma fundação permanente, tal como fez Plínio em sua cidade natal, Commo, exigia uma renda estável, aponta Kehoe. O arrendamento de uma propriedade agrícola, por exemplo, seria o meio de conseguir tal renda. O motivo pelo qual as classes dirigentes romanas escolhiam utilizar seu patrimônio agrícola dessa maneira seria pela segurança que a atividade proporcionava. Além disso, o historiador aponta que o investimento na agricultura também era uma forma de prover para os dependentes após a morte do *pater* e salienta ainda que existiam poucas possibilidades de fazer investimentos estáveis em longo prazo na economia romana, constatando que esse uso da agricultura seria a saída mais lógica. Desta forma, existiam diversos objetivos sociais e políticos que poderiam ser alcançados por meio da exploração agrícola, mas tais objetivos só poderiam ser alcançados se as propriedades fossem exploradas a partir de uma estratégia voltada exclusivamente para a estabilidade do empreendimento e, por essa razão, Kehoe defende que os membros das classes dirigentes arrendavam suas terras (KEHOE, 2000, p. 96).

A estabilidade do empreendimento também estava relacionada à questão da liquidez da terra, que também era uma preocupação dos proprietários. A renda da propriedade fundiária se completava a sua liquidez, uma vez que essa seria o principal fator para determinar o preço de uma propriedade. O valor de uma propriedade era avaliado, portanto, levando em consideração a renda que ela gerava (KEHOE, 2000, p. 96). Essa forma de exploração agrícola tinha por objetivo, portanto, não apenas assegurar que os proprietários em vida e seus dependentes, após a sua morte, fossem beneficiados com um nível estável de renda, mas também protegia proprietários e dependentes caso fosse um desejo ou necessidade vender a propriedade (KEHOE, 2000, p. 100-101). A documentação jurídica mobilizada por Kehoe apresenta um panorama distinto daqueles apresentados pelas orientações de Catão e Varrão, cujos tratados foram produzidos no período republicano, e também do *De Re Rustica* de Columella, que apesar de produzido já no principado e de citar o arrendamento como opção, centra as suas considerações a respeito da exploração direta da *uilla* a partir do que Jean Jacques Aubert chamou de “*uilicus system*”, um sistema de exploração

direta com produção orientada para o mercado e com mão de obra conjugada entre trabalhadores livres e escravos (AUBERT, 1994, p. 149).

Ainda que a segurança de seus patrimônios e empreendimentos fosse uma preocupação dos membros das classes dirigentes, o arrendamento de terras parece ter constituído apenas uma das opções disponíveis a esses indivíduos. Tanto Géza Alföldy (1989, p. 62) quanto Veyne (2014, p. 133) se referem a um “espírito” que tomou conta desses grupos sociais dominantes no período do final da República, o primeiro o nomeia como “espírito de busca do lucro” e o segundo como “espírito empresarial”. Esse espírito, para ambos os autores, teria sido o responsável por impulsionar as práticas econômicas na sociedade romana a partir desse período. De acordo com Veyne, no “*oikos* aristocrático” se produzia para vender, e não apenas o excedente, uma dinâmica de exploração direta bastante distinta do arrendamento. Os romanos, aponta, faziam transações econômicas, falavam de negócios e a capacidade daquele que produzia de administrar bem o seu empreendimento era incentivada (VEYNE, 1990, p. 132- 133) – quanto a esse último aspecto podemos observá-lo nas orientações de Catão, Varrão e Columella.

Como também aponta Veyne, “A economia nunca é um fim. O que faz que uma economia seja mais ou menos desenvolvida não é o fato de as pessoas perseguirem outros fins que não sejam econômicos, pois eles sempre agirão assim: é o fato de racionalizarem ou não seus métodos” (VEYNE, 1990, p. 142). Nos alinhamos a essas ideias uma vez que consideramos que as orientações dos agrônomos latinos nos tratados estudados reforçam a argumentação de Alföldy e, sobretudo, de Veyne. Conforme discutiremos na próxima seção, a importância da lucratividade do sistema produtivo da *uilla* pode ser revelada a partir da preocupação desses autores com a produtividade, sobretudo do trabalho. Esses tratados se mostram, portanto, como um exemplo dessa racionalização dos métodos no se refere à prática agrícola. Os objetivos econômicos da agricultura existiam e a preocupação com a produtividade demonstra esses objetivos.

## **A produtividade da *uilla***

Partindo da discussão da seção anterior, defendemos que as classes dirigentes romanas tinham objetivos econômicos definidos para a prática agrícola, distantes do cenário de autossuficiência e subsistência outrora defendido. Tais objetivos, argumentaremos, tanto no período republicano, quanto no período do principado, século I d.C., se baseavam primariamente na exploração direta da terra, cuja produção orientada para o mercado visava o lucro. O epítome desses objetivos era o sistema produtivo da *uilla*, uma propriedade fundiária que poderia ter média ou grande extensão, que contava com prédios rurais que não serviam apenas para o lazer e refúgio rural do proprietário, mas também para a produção de culturas específicas destinadas à venda. É sobre esse tipo de propriedade que Catão, Varrão e Columella propõem, em seus respectivos tratados, modelos administrativos baseados no que Andreau chamou de ações custo-efetivas (ANDREAU, 2004, p. 79). Os autores buscaram estabelecer métodos, tanto de cultivo, quanto de gerenciamento da mão de obra, que tornassem a dinâmica da produção da *uilla* eficiente e, necessariamente, produtiva. A preocupação com a produtividade da propriedade constituía, conforme discutiremos na presente seção, uma abordagem estruturante dos modelos administrativos propostos.

A *uilla*, que a princípio cumpria funções sociais, passa, a partir do século II a.C., a cumprir também funções econômicas. Norberto Guarinello em seu estudo sobre a paisagem rural na Itália romana a define

como o “núcleo habitativo de uma propriedade rural cuja produção se destinava à venda e para qual o trabalho escravo era, se não exclusivo, ao menos muito importante” (GUARINELLO, 1993, p. 32), já Yvon Thebert salienta que “a organização do espaço centra-se num grande edifício, a *uilla*, propriamente dita, que compreende edifícios sumptuosos que são ocupados pelo senhor sempre que ele se desloca aos seus domínios, celas para os escravos e edifícios anexos exigidos pelas necessidades de exploração” (THÉBERT, 1991, p. 125). As funções sociopolíticas e econômicas da *uilla* não estão desassociadas. Conforme discutimos na introdução, a prática agrícola associava todos esses objetivos. Nicholas Purcell aponta que “agricultura e elegância são formas alternativas de exibição/publicização. A pura elegância por si só, ademais, põe-se como uma escolha muito inusitada; e a elaboração de múltiplos contrastes revela a estranheza dessa exibição: ela é o círculo interno da riqueza, do nascimento e do poder” (PURCELL, 1995, p. 158).

Essa multiplicidade de funções pode ser observada, também aponta Purcell, na estrutura arquitetônica da propriedade. Segundo o autor, apesar da separação entre *utilitas* e *elegantia*, abordada por Varrão no seu *De Re Rustica* (1.4.1), por exemplo, na prática não existe uma oposição entre essas duas funções da *uilla*. Na famosa villa Serrefinestre, aponta Purcell, existem duas nuances arquitetônicas e paisagísticas distintas, mas não se trata de uma oposição entre produção rural e esterilidade urbana. O jardim (*hortus*) da propriedade, bem como suas plantações de culturas específicas em larga escala, que contemplavam as duas funções da propriedade se relacionavam diretamente com a centralidade da produção (PURCELL, 1995, p. 166). Também a administração da produção e da mão de obra, conforme analisaremos a seguir em algumas passagens dos tratados de Catão, Varrão e Columella, se relacionam à preocupação com a produtividade da *uilla*.

O modelo administrativo proposto por Catão no *De Agri Cultura* se baseia na minimização dos custos para a maximização da produção e nesse bojo se encontrava a preocupação com a produtividade (NASCIMENTO, 2020, p. 109). Um exemplo de tal preocupação pode ser encontrada no segundo capítulo do *De Agri Cultura*, no qual o autor deixa claro que a dinâmica da *uilla* não deveria comportar dias de não-trabalho,

Quando o tempo foi chuvoso, puderam-se realizar os seguintes trabalhos durante a chuva: lavar os dolia, besuntá-los com pezo, limpar a sede, remover o trigo, levar esterco para fora, construir uma esterqueira, limpar as sementes, consertar as cordas e fazer outras novas; em casa, era preciso remendar as mantas de retalhos e capuzes. Nos dias comemorativos, teria sido possível limpar as fossas antigas, construir a via pública, carpir o mato, escavar o jardim, limpar o pasto, enfeixar varas, arrancar espinheiros, moer a espelta e fazer limpeza. (Cat. Agr. 2.3-4)

Nos dias comemorativos e chuvosos a dinâmica da propriedade deveria se modificar de modo a se aproveitar do cenário imposto (no caso da chuva) para realizar trabalhos específicos. A princípio, os feriados poderiam significar uma fuga da rotina, no entanto, o autor estabelece um cronograma de trabalho específico para esses dias. Possivelmente essa rotina de trabalho constante era uma estratégia para manter os escravos sempre trabalhando. No entanto, é preciso salientar que a estipulação de trabalhos específicos pode indicar mais do que isso. Uma vez que o autor orientava para a adequação às condições dos dias – tanto chuvosos quanto comemorativos – isso significa que tais atividades possivelmente não eram realizadas diariamente. Sendo assim, isso demonstra que o tempo não deveria ser desperdiçado na *uilla* e

que sempre havia algo a ser feito na propriedade para garantir seu pleno funcionamento. A lógica de não desperdício, tão central nas orientações de Catão, também se mostra presente nessas orientações, nesse caso seria o tempo a não ser desperdiçado.

A preocupação com a produtividade no *De Re Rustica* de Varrão pode ser apontada quando o autor discute, no quarto capítulo do primeiro livro, a respeito do contraste entre utilidade e prazer da *uilla*:

Seus princípios são os mesmos que Ênio escreve serem os do mundo, água, terra, ar e fogo. Tais elementos, de fato, devem ser conhecidos antes de lançares as sementes, que são o início de toda produção. Partindo disso, os agricultores devem guiar-se para duas metas, a utilidade e o prazer. A utilidade busca o lucro e o prazer o deleite; o que é útil tem mais importância do que o que deleita. Além disso, o que torna um campo mais belo pelo cultivo geralmente não só o torna por si mesmo mais rendoso (como quando se plantaram arvoredos e olivais em fileiras), mas também mais fácil de vender e valoriza uma propriedade. Pois todo homem prefere pagar mais pelo que traz o mesmo proveito e é mais bonito do que pelo que é rendoso e feio. (Var. R. 1.4.1)

Os dois objetivos da propriedade constituiriam, portanto, a “utilidade” (*utilitas*), na tradução de Trevizam, ou a “rentabilidade”, na tradução de Hopper e Ash na edição da *Loeb Classical Library*; E também o “prazer” (*voluptas*), na tradução de Trevizam, ou a “beleza” na tradução de Hopper e Ash na edição da *Loeb Classical Library*. Varrão afirma que entre esses dois objetivos a “utilidade” (“rentabilidade” na tradução de Hopper e Ash) era o mais importante. No entanto, o autor aponta que tudo aquilo que tornaria a propriedade mais produtiva, também contribuiria para torná-la mais bonita. Logo, ambos os objetivos seriam alcançados a partir do mesmo processo, baseado em uma dinâmica produtiva eficiente. Alcançados ambos os objetivos, sobretudo a beleza, o resultado seria uma propriedade valorizada, uma vez que qualquer homem preferiria comprar uma propriedade bonita e produtiva ao invés de comprar uma propriedade apenas produtiva. Esse trecho indica, a nosso ver, que Varrão estava preocupado com a liquidez da terra e que tal liquidez estaria relacionada com sua capacidade produtiva. Kehoe parece correto, portanto, sobre a preocupação dos proprietários com a liquidez da terra, mas essa preocupação não é incompatível com a exploração direta, como propõe Varrão. A partir dessa passagem do *De Re Rustica*, podemos considerar que a busca pelo lucro e a preocupação com a liquidez andavam lado a lado, o que indica que o objetivo de expansão estava diretamente relacionado ao objetivo de manutenção patrimonial. Nessa lógica, a produtividade tem um papel central visto que seria uma dinâmica produtiva eficiente que traria lucro e, conseqüentemente, manteria alto o valor da terra.

A questão da produtividade aparece novamente no *De Re Rustica* de Varrão no capítulo 16, também do primeiro livro. Ao tratar a respeito da vizinhança da *uilla* e da relação desta com o emprego de trabalhadores especializados na propriedade (como médicos, pisoeiros e artesãos), o autor afirma que uma vizinhança rica facilitaria as trocas comerciais e permitiria melhor acesso a tais trabalhadores. Esses deveriam ser contratados por um ano, no lugar de empregar escravos para essas funções, uma vez que a morte de um deles poderia comprometer as operações produtivas da propriedade. Além disso, e esse é nosso ponto de interesse, a escolha de ter trabalhadores especializados na sede dispensaria que os escravos se afastassem da propriedade e se encaminhassem até as cidades para contratação desses indivíduos,

“perambulando como se fosse feriado”<sup>1</sup> ao invés de estarem realizando suas tarefas e tornando o campo mais rendoso. A produtividade constituía um ponto tão central para Varrão que suas orientações a respeito tanto da localização da propriedade, quanto da alocação da mão de obra se estruturam a partir dela. Isto é, o autor estava preocupado, entre outras coisas, que a dinâmica estabelecida fosse produtiva e, assim como no *De Agri Cultura* de Catão, a produtividade estava relacionada à jornada ininterrupta de trabalho dos escravos.

No seu *De Re Rustica*, Columella, já no Principado (século I d.C.), ao tratar a respeito do *uilicus*, agente responsável pela *uilla* na ausência do proprietário, como apontado, e de suas obrigações, demonstra, de forma ainda mais explícita, que Catão e Varrão sua preocupação com a produtividade da *uilla*. De acordo as orientações do autor, a produtividade deveria ser a principal preocupação desse agente. Assim como no *De Agri Cultura* e no *De Re Rustica*, permanece no tratado de Columella a ideia de que o trabalho na *uilla* deve ser contínuo e ininterrupto, o autor orienta que o trabalho fosse performedo “energicamente” (Col., 11.1.17). Ainda que preocupado com a produtividade, Columella admite que é difícil determinar o quão mais produtivo é um trabalhador que se empenha em suas funções em relação àquele que realiza as atividades de maneira preguiçosa (Col., 11.1.13-14). Esse comentário é interessante, pois demonstra uma espécie de tentativa de calcular a produtividade dos trabalhadores, possivelmente de modo a estabelecer uma administração ainda mais consciente e organizada. Impossibilitado de realizar tal cálculo, Columella recorre à estratégia de estimular e, ao mesmo tempo, coagir os escravos para que trabalhassem de forma eficiente. Para estabelecer o ritmo de trabalho enérgico que considera ideal, o *uilicus* deveria estar atento à forma como os escravos se encaminhariam para seus locais de trabalhos, e afirma que estes deveriam “marchar como soldados para a batalha”, liderados pelo agente que deveriam marchar à frente de todos (tal como os comandantes).<sup>2</sup> A partir desse comportamento de liderança seria possível estimular a produtividade dos escravos. A produtividade dos escravos ainda poderia ser estimulada, completa o autor, a partir do encorajamento por parte do *uilicus* e até mesmo na execução por parte do agente das atividades diárias, servindo de exemplo aos demais (Col. 11.1.17).

Os feriados também aparecem no tratado de Columella, mas ao contrário de Catão, no seu tratado esses dias poderiam significar recompensa em forma de descanso para alguns escravos. Além dos feriados servirem para modificar a rotina dos escravos que se destacavam (recebendo a “generosidade” do senhor) a partir do não-trabalho, toda a dinâmica da *uilla* também se modificava.<sup>3</sup> Nesses dias, o *uilicus* deveria se encarregar de inspecionar os instrumentos agrícolas e examinar as ferramentas de ferro, realizando um balanço das condições da propriedade e compensando nas relações cotidianas. Esse balanço era importante para que nenhuma eventualidade atrapalhasse o processo produtivo. A manutenção das ferramentas em bom estado contribuiria para um uso mais satisfatório no trabalho cotidiano (sem que fosse necessário pedir emprestado a um vizinho). No entanto, salienta o autor, consertar ou comprar uma ferramenta para que o escravo pudesse trabalhar seria mais barato que o deixar sem trabalhar (Col. 11.1.20).

<sup>1</sup> Ao contrário de Catão, os feriados no modelo administrativo de Varrão significavam folga para determinados escravos.

<sup>2</sup> Possivelmente baseado nesse trecho do *De Re Rustica* que Thébert caracteriza a *uilla* como organizada a partir de uma disciplina paramilitar (THÉBERT, 1991, p. 125).

<sup>3</sup> Ainda que em Catão os feriados não significassem descanso para os demais escravos (em Varrão e Columella podemos supor que sim), a dinâmica do trabalho se modificava.

Essas orientações nos permitem duas considerações sobre a centralidade da produtividade na *uilla* de Columella. Em primeiro lugar, assim como para Catão e Varrão, o empreendimento agrícola não comporta dias de não-trabalho. O descanso nos dias de feriado para um grupo seletivo de escravos não deve ser confundido com a ideia de que o não trabalho era admitido na lógica do autor. O descanso deveria servir justamente para estimular a produtividade dos escravos a partir da distribuição dessa recompensa, e de uma série de outras. Dentro dessa lógica, o descanso concedido contribuía mais para produtividade dos demais escravos e também daqueles contemplados – de modo que continuassem a usufruir da recompensa – do que o trabalho ininterrupto de todos. Em segundo lugar, Columella parece bastante consciente da necessidade de que o custo de manutenção de um escravo não excedesse seu retorno em forma de trabalho produtivo. Sendo assim, a produtividade desses indivíduos deveria ser estimulada a partir de uma administração cuidadosa que se baseava, entre outras estratégias, na concessão de recompensas observada. Ao longo dos três tratados estudados podemos constatar uma progressiva preocupação com atitudes para o que Bradley chamou de contentamento social dos escravos (BRADLEY, 1989). Essa progressiva preocupação demonstra que o aperfeiçoamento administrativo, especificamente sobre a gestão da mão de obra escrava desse tipo de empreendimento, era necessário para a manutenção de seu retorno, lógica que passa, necessariamente, pela questão da produtividade dos trabalhadores e do empreendimento de modo geral (NASCIMENTO, 2020, p. 129-149).

Ainda tratando sobre o *uilicus* e suas obrigações, a preocupação com a produtividade e com o lucro fica ainda mais evidente na exortação de Columella a respeito do perigo da ignorância e da falta de cuidado desse agente. De acordo com o autor, a ignorância e o descuido do *uilicus* poderiam ser remediados em diversas situações. No entanto, a cada erro cometido por esse agente, a propriedade seria prejudicada. Isso porque, qualquer problema na dinâmica produtiva da propriedade causaria, invariavelmente, perdas que não poderiam ser recuperadas posteriormente para compensar os investimentos realizados e restaurar o lucro perdido (Col., 11.1.28). Columella parece consciente dos limites tecnológicos de seu tempo e, sendo assim, relaciona o sucesso do empreendimento, a partir de uma lógica centrada na produtividade e na administração das operações diárias. A partir desse trecho do *De Re Rustica* podemos observar alguns pontos importantes para compreender o tipo de modelo administrativo proposto pelo autor. Suas orientações se baseiam, ao contrário das de Catão, em uma espécie de lógica de aumento do custo de produção para a maximização dos lucros. Columella estava preocupado em investir na produção agrícola e tal investimento se basearia na técnica e, conforme indica a passagem analisada, na projeção. Ao mencionar perda de capital e restabelecimento de lucro perdido, o autor dá a entender que o proprietário deveria traçar, nos limites de seu conhecimento, projeções que relacionassem o capital investido e o lucro a ser obtido. Essa metodologia demonstra que a produtividade constituía um fator fundamental no processo de administração da *uilla* para que tal equação pudesse resultar positiva para o proprietário.

A centralidade da produtividade nos modelos administrativos dos agrônomos latinos, conforme discutido, não se restringe a um elemento da normatização dos tratados, defende Nicholas Purcell – estamos de acordo. O pensamento de Moses Finley e seus seguidores acabaram por cristalizar essa ideia. O autor do *Economia Antiga*, aponta Purcell, rejeita a ideia de que existiu na Antiguidade uma categoria intermediária entre a produção de subsistência e a produção em escala da economia capitalista. Entre um extremo e o outro, Finley apontou a categoria do *gentleman farmer*, isto é, um homem rico e de alto *status* que possuía terras e as cultivava por uma espécie de prazer moral. O resultado de tal empreendimento seria

estagnação. As razões para tal seriam a alta renda, absenteísmo e a ideia de que a dedicação a agricultura constituía uma não-ocupação. Tudo teria levado a um bloqueio da busca por melhorias na produção (PURCELL, 1995, p. 166 - 167). Finley afirma ainda que a mentalidade das classes dirigentes romanas não era produtiva, mas também não era não-aquisitiva, “podiam dar-se ao luxo de uma opção moral e tornar-se ainda mais ricos, não mais pobres” (FINLEY, 1981, p. 168). Essa mentalidade aquisitiva, mas não produtiva, se referiria à posse e não à exploração da terra, cenário bastante distinto daquele construído, ainda que de modo normativo, nos tratados estudados.

Purcell aponta que a leitura de Finley sobre esse ponto constitui uma oportunidade perdida, na medida em que, por não encontrar traços da modernidade capitalista, o autor se preocupa menos em analisar o objeto *per se* (PURCELL, 1995, p. 168). Um dos principais argumentos de Finley de que os agrônomos não se preocupavam com a produtividade da produção ou rentabilidade do trabalho se baseia na ausência do conhecimento necessário para efetuar os cálculos necessários. Na sua negação da ideia de economia nas sociedades antigas o autor cita como exemplo Catão e afirma que

Catão não era impermeável a tais “verdades econômicas”; nunca ouvira falar delas. Não havia ninguém, no seu mundo, que as sugerisse ou as defendesse. Faltando-lhes as técnicas de calcular e depois de escolher entre as várias opções, por exemplo os méritos econômicos relativos entre produzir ou comprar a cevada para os escravos e as estacas para a vinha; faltando-lhes as técnicas para calcular a rentabilidade relativa, em certas condições, de um ou de outro cereal, ou da agricultura e das pastagens; apreciando a independência em relação ao mercado e aos compradores, a independência em relação aos outros quanto às suas próprias necessidades, os proprietários fundiários da antiguidade funcionavam por tradição, por hábito e por regras empíricas, uma das quais era que “um *paterfamilias* deve ser um vendedor e não um comprador. (FINLEY, 1981, p. 150)

A leitura de Finley, como apontou Purcell, se concentra nas ausências e ignora as características. Sua leitura parece, portanto, drasticamente diferente das orientações dos agrônomos latinos em seus tratados. É verdade que os autores não nos mostram seus cálculos, mas suas preocupações com produtividade, rentabilidade e planejamento nos parecem evidentes nas suas orientações administrativas, conforme observamos nas passagens analisadas. Longe de se tratar de uma compilação voltada apenas para uma espécie de demonstração de conhecimento naquela atividade que seria moralmente superior, como uma espécie de “autopromoção” desses indivíduos que pertenciam às classes dirigentes, os tratados consistem, a nosso ver, em compilados de ideias que, dentre outros objetivos, buscavam sintetizar as preocupações dos autores em relação à administração da propriedade agrícola e da produção, atividade que consistia na base da economia romana. Purcell consagra essa ideia de forma bastante clara e precisa ao afirmar que

A presença ou ausência na antiguidade de precursores do mundo moderno, como a escrituração de partidas dobradas, não é de grande interesse; a filosofia progressista representada por essa investigação é agora cada vez mais vista como inútil e antipática. A tríade de Finley - camponês, cavalheiro agricultor, capitalista - não será muito avançada em relação ao antigo par. A teoria da estagnação impede a pesquisa sobre o que deveria ser um tópico fascinante e importante: as respostas reais de aristocratas gananciosos - se mesmo essa classificação social é útil para o período romano - às oportunidades produtivas. Toda a riqueza vinha da agricultura; todos os aristocratas eram gananciosos; a conseqüência deve ser uma proposição sobre aristocratas e agricultura que seja mais interessante e cativante do que a caricatura de que eles eram senhores fazendeiros estagnados. (PURCELL, 1995, p. 169) (tradução nossa)

A improdutividade da *uilla* se associa a sua função social de demonstração de *status* e riqueza. Isto é, só aquele muito rico poderia se dar ao luxo de ser dono de propriedades improdutivas, as quais serviriam apenas para que pudesse desfrutar da demonstração de poder econômico, social e político. Essa dimensão sociopolítica, que discutimos anteriormente, muitas vezes acaba adquirindo um peso maior, aponta Purcell, nos estudos arqueológicos a respeito dos restos materiais da *uilla* devido à melhor preservação dos elementos que demonstram luxo, simetria, magnificência e exibição. A abundância de tais elementos pode ter levado a interpretações que atribuem um peso menor a estrutura produtiva da propriedade. Além disso, a *uilla rustica*, a parte do edifício voltado para a produção agrícola, é usualmente analisada de forma isolada, o que prejudica uma análise a respeito da inter-relação entre as diferentes partes da *uilla* e as evidências apontam que não é possível defender uma firme separação entre elas (PURCELL, 1995, p. 163-165). O autor afirma ainda que essa perspectiva acabou por influenciar na própria definição de *uilla*, gerando definições inclinadas a um determinismo cultural.<sup>4</sup> Dessa forma, as *uillae* e a agricultura de modo geral acabam sendo associadas primariamente a funções extraeconômicas, quando essa atividade perpassava uma série de funções que a tornava vital para a manutenção do sistema sociopolítico vigente. Da posse da terra provinha não apenas o lucro necessário para a manutenção e expansão patrimonial, mas consistia em uma forma de demonstração de *status* e de legitimação do papel das classes dirigentes.

## Considerações finais

O privilégio do papel sociopolítico da agricultura, mais especificamente da *uilla*, pode comprometer o estudo do caráter econômico dos tratados de Catão, Varrão e Columella. Ideias como a de que o caráter normativo dos tratados nos impede de compreender a economia, ou de que os objetivos dos autores não são econômicos, mas sim sociopolíticos, ou ainda, que se tratam apenas de questões discursivas e retóricas, nos impedem de compreendê-los como ferramentas para analisar o pensamento econômico das classes dirigentes, como apontou Purcell. Ainda que tal pensamento não se aproxime de uma racionalidade econômica, como aquela que alcançariam os burgueses séculos mais tarde, atestam algum tipo de projeção, planejamento e estratégia que se adequam aos panoramas específicos de cada autor. As passagens discutidas demonstram a preocupação com a produtividade, a atenção às questões de alocação do trabalho, dinâmica produtiva, investimento, perdas de capital e maximização de lucros. Como considerar, portanto, que todos esses pontos fazem parte de um quadro de estagnação ou que a tradição é explicação suficiente para as orientações encontradas nos tratados? Mesmo na máxima de Catão mobilizada por Finley para corroborar seu argumento, de que o fazendeiro deve ser um vendedor e não um comprador, é possível apontarmos um pensamento econômico que o inspira – o de minimização dos custos e maximização dos lucros. No entanto, consideramos tal máxima como um recurso discursivo de Catão para demonstrar a sua austeridade, isso porque ao longo do *De Agri Cultura* as recomendações do autor apontam para um caminho diferente dessa suposta autossuficiência pregada no proêmio.

O estudo de questões econômicas na Antiguidade carece de atenção especial daqueles que a ela se dedicam. As informações encontradas na documentação são extremamente fragmentadas, tanto do ponto

---

<sup>4</sup> Como é o caso da definição proposta, por exemplo, por John Percival (1976, p. 14-15).

de vista quantitativo, quanto do ponto de vista qualitativo. Esse panorama não deve, no entanto, ser um obstáculo na tentativa de compreender as características dessa economia, ou melhor, dessas economias. No que tange especificamente a economia romana, Giardina aconselha como se deve proceder ao afirmar que “as dinâmicas econômicas serão buscadas, mais do que nas representações elaboradas e estruturadas e na formalização dos fenômenos, em um universo de particularidades significativas, de discursos oblíquos, de referências ‘frias’ e frequentemente marginais com relação ao contexto” (GIARDINA, 2014, p. 433). Cabe a nós, historiadores, o esforço de fazer perguntas pertinentes aos documentos na tentativa de, considerando as especificidades e características da sociedade romana, juntar as peças para construir o quebra-cabeça que formava essa economia. Cada peça é extremamente valiosa.

## Referências bibliográficas

### Documentos

- CATO, **On Agriculture** & VARRO, **On Agriculture**. Translated by Harrison Boyd Ash e Willian Davies Hooper. Loeb Classical Library L 283. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1935.
- COLUMELLA. **On Agriculture**. Translated by Harrison Boyd Ash. Loeb Classical Library 361; 407; 408. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1941.
- CATÃO. **Da agricultura**. Tradução, apresentação e notas: Matheus Trevizam. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.
- VARRÃO. **Das coisas do campo**. Tradução, apresentação e notas: Matheus Trevizam. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

### Bibliografia citada

- ALFOLDY, Géza. **História Social de Roma**. Lisboa: Editora Presença, 1989.
- ANDREAU, Jean. Sur le choix économiques des notables romains. In: ANDREAU J; FRANCE, J; PITTIA, S. (eds.) **Mentalités et choix économiques des romains**. (Scripta Antiqua 7.). Bordeaux: Ausonius, 2004.
- ANDREAU, Jean. **L'économie du monde romain**. Paris: Ellipses, 2010.
- AUBERT, Jean Jacques. Managers of agricultural estates. In: **Business managers in ancient Rome: a social and economic study of Institores, 200 B.C.- A.D. 250**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- BRADLEY, Keith. **Slaves and Masters in the Roman Empire**. A study in social control. Bruxellas: Latomus, 1987.
- FINLEY, Moses. **A Economia Antiga**. Tradução? Porto: Afrontamento, 1981.
- GIARDINA, A. "A economia do texto". In: CAVALLO, G; FEDELI, P. & GIARDINA, A (orgs.). **O espaço literário da Roma Antiga**, vol. I., Trad. Daniel Peluci Carrara e Fernanda Messeder Moura. Belo Horizonte, Tessitura, 2010.
- GUARINELLO, Norberto Luiz. **Ruínas de uma paisagem: arqueologia das casas de fazenda da Itália antiga (VIII a.C – II d.C)**. 2v. São Paulo, Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1993.
- HOLLANDER, David. B. **Farmers and Agriculture in the Roman Economy**. Londres: Routledge, 2018.
- NASCIMENTO, Fabiana Martins. **A VILLA E A ECONOMIA RURAL ROMANA: Uma análise comparada dos modelos administrativos dos tratados agrícolas *De Agri Cultura* de Catão, *De Re Rustica* de Varrão e *De Re Rustica* de Columella**. 211 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História, Programa de Pós-Graduação em História Comparada, 2020.

- KEHOE, D. P. **Investment, profit and tenancy**. The jurists and the Roman agrarian economy. Michigan: Michigan University Press, 2000.
- KOLENTO, Jerzy. “O camponês”. In: GIARDINA, Andrea. **O Homem Romano**. Tradução? Lisboa: Editora Presença, 1991.
- PERCIVAL, John. **The Roman villa: an historical introduction**. London: Book Club Associates, 1976.
- PURCELL, Nicholas. 'The Roman villa and the landscape of production', in T. J. Cornell and K. Lomas (eds.), **Urban society in Roman Italy**. London: UCL Press, 1995, 79-151.
- THÉBERT, Yvon. “O Escravo”. In: GIARDINA, A. **O Homem Romano**. Tradução? Lisboa: Editora Presença, 1991.
- van der BLOM, H. **Cicero’s Role Models. The Political Strategy of a Newcomer**. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- VEYNE, Paul. Mythe et réalité de l'autarcie à Rome. In: **Revue des Études Anciennes**. Tome 81, 1979, n°3-4. p. 261-280.
- VEYNE, Paul. **Pão e circo**. Tradução? São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- VEYNE, Paul. **A Sociedade Romana**. Tradução? Lisboa: Edições 70, 1990.